

## QUALIDADE DE VIDA, QUALIDADE AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE URBANO: BREVE COMPARAÇÃO DE CONCEITOS

*Prof. Dr. Francisco de Assis Penteado Mazetto*

Departamento de Geociências - UFJF

**RESUMO:** *Este trabalho procura analisar o significado da qualidade ambiental e da qualidade de vida sob o ponto de vista geográfico e de outras ciências, diante da situação de extrema degradação do ambiente físico e social do planeta na atualidade. O processo de industrialização, urbanização e de concentração de renda, principalmente nos países periféricos, agravou a situação de pobreza e miséria, tornando estes indicadores ambientais ainda mais importantes, para uma efetiva avaliação das reais condições de vida da população.*

**Palavras Chaves:** qualidade de vida humana, degradação ambiental, urbanização.

**ABSTRACT:** *The objective of this paper is an analysis of interface: industrial urban society and the environment degradation with impacts in the human life quality. The quality of life have a large significance for the geographycal studies: the social standing of the periferic countries, the poor population and the degradation of ecological system are demonstratives of the environmental indicator importance.*

**Key Words:** human life quatity, environment degradation, urbanization.

---

### INTRODUÇÃO

Os impactos ambientais de escala global ganharam um grande destaque nesse final de século. O efeito estufa, as alterações na camada de ozônio, a poluição atmosférica e outros graves problemas têm atraído a atenção da comunidade científica e de toda a sociedade. Esses fenômenos apresentam um caráter espacial muito intenso e atingiram a escala global, após o homem negligenciá-los, quando ainda atuavam em escala local e regional.

Os problemas ambientais não estão restritos aos efeitos das alterações provocadas pelo homem na natureza, que colocam em risco sua própria sobrevivência como espécie; eles também estão relacionados ao próprio espaço

construído pelo homem, esse mundo artificial sobre a superfície terrestre, representado especialmente pelas cidades, onde as questões de ordem social e não apenas as de ordem física atuam de forma decisiva na qualidade de vida humana.

A Geografia se apresenta como uma das ciências ocupadas com o estudo da questão ambiental, principalmente os fatores que atingem diretamente a qualidade de vida do homem, como salienta Ajara: "Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se-á não apenas superando as dicotomias, freqüentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico-biótico/organização socio-econômica, como também atrelando à questão

ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/(re)criação de espaços.” (AJARA, 1993:11)

## 1. QUALIDADE AMBIENTALE QUALIDADE DE VIDA

A qualidade ambiental e de vida são conceitos de difícil definição. A qualidade ambiental é sempre igual à qualidade de vida? Qual é o critério utilizado para se definir uma boa qualidade ambiental ou de vida? Muitas vezes a qualidade de determinado ambiente físico pode ser considerada boa, atendendo aos padrões e normas estabelecidos, porém os elementos de ordem social podem ser negativos ao grupo de pessoas inserido nesse ambiente. TUAN (1978) destaca que poucas expressões de nosso uso corrente são de tão difícil definição como qualidade do meio ambiente e qualidade de vida. O autor salienta que a vida está ligada de forma irrefutável ao seu “meio nutridor”, das condições físicas, químicas e biológicas que a mantém, ao mesmo tempo em que as necessidades humanas também requerem o sustentáculo do ambiente humano e social para sobreviver.

Segundo BURTON (1968: 473) a qualidade ambiental não deve estar restrita à natureza ou ecossistema, pois engloba elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem. O autor ressalta que alguns profissionais, como planejadores e arquitetos, consideram como meio ambiente as obras e objetos criados pelo próprio homem, sendo os edifícios e ruas de uma cidade parte do ambiente urbano, podendo exercer influência em suas atividades sociais e nas condições físicas e mentais de cada indivíduo.

OLIVEIRA (1983:5-6) também retrata a dificuldade em se definir a qualidade do meio

ambiente. A autora ressalta que a dificuldade em se estabelecer esta definição, reside no fato de que a qualidade do meio ambiente está intimamente ligada à qualidade de vida, sendo que vida e meio ambiente são inseparáveis e esta interação profunda e contínua entre ambos devem estar sempre em equilíbrio. Este equilíbrio, varia de escala, tempo e lugar, podendo ser frágil, intenso, duradouro ou efêmero. A autora comenta os critérios de como determinar a qualidade ambiental, de qual seria o nível “optimum” ou aceitável de um ambiente:

*“Uma definição conceitual de qualidade depende das posições filosóficas, ideológicas e políticas assumidas pelas pessoas ou grupo de pessoas. É difícil, senão impossível, conceituar qualidade, sem dar um colorido mais forte ou mais fraco, tendendo para esta ou para aquela direção. Acrescenta-se a isto que uma definição operacional de qualidade vem sempre carregada dos interesses e das necessidades de grupos e depende diretamente dos estudos feitos no presente para serem projetados para o futuro próximo ou distante.*”

A definição de qualidade ambiental está impregnada de todas as controvérsias inerentes à qualidade. Daí os autores, quando tratam da qualidade ambiental, se preocuparem muito mais com as condições da qualidade do meio ambiente e de vida, do que propriamente se prenderem às definições”. (OLIVEIRA, 1983:7)

Alguns indicadores normalmente utilizados para se graduar o nível da qualidade do ambiente físico são de difícil utilização para o ambiente social, onde o número de variáveis é muito maior. Sobre o uso de padrões e normas para se mensurar a qualidade ambiental, SEWELL (1978) estabelece:

*“Padrões quantitativos, o limite máximo ou mínimo aceitável e fixado para a maioria dos*

*parâmetros ambientais, estão sujeitos a mudança e, na verdade, freqüentemente mudam. E a direção da mudança é quase invariavelmente no sentido de níveis mais rígidos, que causam insatisfação entre aqueles que concordaram com padrões anteriores. (...) Eles são fixados pelo exame de critérios, na evidência empírica, descritiva, dos efeitos que os diferentes níveis de um poluente possam ter sobre o ambiente, incluindo-se a saúde humana. A seguir - em teoria - o padrão é arbitrariamente fixado por especialistas que, pelo estudo dos critérios ponderam a ameaça total conhecida do poluente contra as conseqüências de padrões mais rígidos. Na prática, muitos padrões evoluem através do tempo e não são significativamente alterados por especialistas porque faltam critérios adequados e forças políticas contrárias seriam desencadeadas". (SEWELL, 1978:15)*

Observa-se que mesmo para os elementos físicos do ambiente, não é tarefa fácil estabelecer padrões de qualidade ambiental. Eles podem mudar ou não com o tempo, de acordo com sua interação com os elementos humanos envolvidos. Torna-se, então, muito difícil separar os parâmetros de ordem natural e humana quando se referem à qualidade ambiental e de vida. O mesmo autor destaca o papel da participação e educação do público no controle ambiental, salientando a influência do comportamento humano para manter a qualidade do ambiente, sendo que as ações que diminuem a qualidade são desencorajadas e as que aumentam são estimuladas.

A percepção do meio ambiente é tratada por OLIVEIRA (1983:1-13) como um fator imprescindível para se determinar a qualidade ambiental e de vida. A autora ressalta que, apesar das diferenças individuais das pessoas, cada uma possuindo uma visão de mundo própria e particular das coisas que as envolvem, é possível

estabelecer determinadas normas e padrões. Para a autora, os mecanismos perceptivos e cognitivos para se conhecer o meio ambiente são comuns na espécie humana e seguem determinados padrões. Portanto, é possível estabelecer uma imagem pública, que seria a somatória das imagens individuais, e temos que lidar com a imagem mental individual e coletiva quando se pretende determinar a qualidade ambiental.

Segundo OLIVEIRA (1983), as condições de qualidade ambiental e de vida são muito subjetivas, serão boas ou ruins, de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população percebe as condições ambientais e de vida. Por sua vez, a percepção está sujeita ao tipo de formação das pessoas: "Assim como variam as percepções e as imagens mentais a respeito da qualidade ambiental, também variam as atitudes diante dos valores atribuídos ao meio ambiente" (OLIVEIRA, 1983:12). Existem condições de qualidade ambiental, continua a autora, que podem ser consideradas, de início, intoleráveis, e, com o passar do tempo, se tornam aceitáveis. Isso ocorreria devido aos mecanismos do hábito de vivenciá-las ou incapacidade de removê-las ou minimizá-las, ou então, outras prioridades que passariam a ocupar as maiores preocupações da população. Esse fenômeno pode ser exemplificado, quando uma indústria poluidora se instala em um determinado bairro; a reação inicial pode ser negativa, porém, com o próprio processo de adaptação ao meio e também quando os aspectos, como emprego, renda e convênios são constatados, a reação pode mudar radicalmente.

Analisando o tema **qualidade de vida**, TROPMAIR (1992) cita a Constituição Federal, onde o artigo 255, em linhas gerais,

assegura que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia QUALIDADE DE VIDA, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O autor salienta o que entende por qualidade ambiental e de vida:

*"O Meio Ambiente, conforme as propriedades dos seus elementos, produz uma qualidade ambiental que pode ser benéfica ou maléfica para nossa vida. Assim, entendo por Sadia ou Boa Qualidade de Vida "os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida" (TROPMAIR, 1992: item 2)*

Cada tipo de parâmetro é explicitado pelo autor: os parâmetros **físicos**, através de elementos como luz e temperatura, teriam influência direta sobre nossa saúde. Como parâmetro **químico**, cita o exemplo da composição do ar, a poluição da atmosfera, dos ambientes urbanos. Os parâmetros **biológicos** podem ser representados pelas águas contaminadas ou insalubres, insetos e roedores transmissores de doenças. Nos parâmetros **psíquicos**, a depressão, o estresse, as angústias são problemas que podem ser causados por pressões psicológicas ou desajuste no relacionamento familiar e de trabalho. E, nos parâmetros **sociais**, os problemas de relacionamento, devido a motivos étnicos, religiosos, políticos e sócio econômicos.

MACHADO (1995:38), destaca o dualismo ambiental imposto à espécie humana, afirmando que o homem habita dois mundos, sendo que um é o mundo natural, constituído pelas plantas, animais, solo, ar, águas e os demais elementos naturais, que o precede em bilhões de anos e do qual ele é uma parte; o

outro é o mundo artificial, formado pelas instituições sociais e os artefatos construídos, utilizando-se de seus conhecimentos, dotado de ferramentas poderosas capazes de modificar o meio ambiente. Este poder de alterar drasticamente as condições ambientais do planeta, faz a grande diferença entre o homem e as outras espécies que habitam a Terra.

Como se pode constatar, a definição da boa qualidade ambiental e de vida está relacionada a inúmeros fatores, não pode ser determinada pela análise simples de um único fator, como também ressalta MACEDO (1991):

*"A qualidade ambiental de um ecossistema expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, (...) Em suma, a qualidade ambiental é o resultado da dinâmica (1) dos mecanismos de adaptação e (2) dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas. Assim, com base na teoria sistêmica da evolução, a qualidade ambiental é o resultado da ação simultânea da necessidade e do acaso". (MACEDO, 1991:14-15)*

A qualidade de vida, para o modelo, expressa a qualidade ambiental específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, de modo que, na sociedade de que participa, possa realizar as relações ambientais que lhes são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto-superação.

As idéias, definições e conceitos sobre a qualidade ambiental e de vida são tão abrangentes que não é possível sintetizá-los em poucas palavras, normas ou padrões. Como esse objeto de estudo - o meio ambiente e a vida -

envolve todos os ramos do conhecimento humano, é desejável que todas as ciências, de forma individual e conjunta, contribuam para as pesquisas da área.

## 2. A QUALIDADE DE VIDA E O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

O crescimento populacional está diretamente vinculado à qualidade de vida. Portanto, o crescimento da população mundial apresenta uma evolução alarmante. Durante centenas de anos a população mundial apresentou um baixo crescimento demográfico. Somente a partir da Revolução Industrial, a curva de crescimento se altera bruscamente, demonstrando índices de crescimento nunca antes registrados.

O processo de urbanização da sociedade constitui um fenômeno relativamente recente na história da Humanidade. Somente a partir da Revolução Industrial este processo se acelerou, criando as primeiras sociedades com base na economia industrial, com população predominante urbana. A velocidade do processo de urbanização durante o século XX foi marcante até em continentes com economia menos desenvolvida, como é o caso da América Latina.

Segundo DAVIS (1977), até 1850, nenhum país poderia ser considerado como uma sociedade predominantemente urbana e, até 1900, apenas a Grã-Bretanha atingia essa posição. Neste final de século, todos os países mais industrializados e desenvolvidos são plenamente urbanos e, mesmo os países menos desenvolvidos, caminham em passo acelerado nesse rumo.

No século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, o modelo de **sociedade industrial e urbana** passa a atingir também os

países menos desenvolvidos, sendo que em alguns deles com maior intensidade, como é o caso do Brasil, onde o Censo de 1960 (IBGE) revelava um país ainda rural e nas décadas seguintes um país plenamente urbano.

O crescimento da população mundial e a urbanização criaram novos problemas ambientais, que afetam diretamente a qualidade de vida humana: “Milhares de anos nos separam dos primeiros momentos em que o homem, numericamente pouco, começou a pressionar o meio ambiente com efeitos perceptíveis. A sociedade humana então não era urbana mas rural, nômade em muitas situações e incapaz de produzir, sobre si mesma, qualquer efeito dramático como os de Chernobil e Hiroshima”. (GUIDUGLI, 1995: 7). O autor destaca as terríveis previsões para o meio ambiente, frente ao quadro caótico de intensa urbanização e crescimento populacional no mundo, cuja população atual de 5,5 bilhões de pessoas poderá dobrar no início do próximo século, sendo que o mais preocupante, salienta o autor, é que deste total, 90% ocorrerá nas cidades principalmente as do mundo menos desenvolvido, já assoladas pela miséria absoluta.

Para GUIDUGLI (1995), o crescimento da população urbana dos países mais desenvolvidos também representa uma enorme ameaça ao equilíbrio ambiental, pois os elevados níveis de consumo dessa sociedade exigem a absorção de nada menos que 70% da energia e 80% das matérias-primas existentes.

O crescimento populacional em ritmo acelerado é, sem dúvida, ainda mais acentuado no mundo menos desenvolvido, justamente onde as condições da qualidade de vida humana são as mais precárias. Esta situação se apresenta mais grave pelo alto índice de corrupção endêmica e pela estagnação e dependência econômica em

relação aos países centrais, tornando esses países incapazes de absorver o rápido crescimento da população.

No caso da urbanização o quadro também é mais grave nos países menos desenvolvidos, pois a maior parte das grandes cidades do mundo já se encontram nessa área desfavorecida. Dados do Banco Mundial (1992) revelam que, entre as dez maiores cidades do mundo, no ano 2000, sete deverão estar localizadas em países menos desenvolvidos, a saber: Cidade do México, São Paulo, Xangai, Calcutá, Bombaim, Pequim e Jacarta. Estes conglomerados humanos entre 15 a 26 milhões de habitantes cada um, e inúmeros outros, representam um grande desafio para o século XXI; como manter ou alcançar a qualidade de vida em espaços urbanizados caóticos com enormes carências e desigualdades sociais?

O surgimento e o crescimento das cidades representaram um novo desafio ao grau de adaptabilidade ambiental do homem. Em princípio, o meio ambiente urbano poderia ser considerado como positivo, pois nele seus habitantes encontrariam proteção, conforto e recursos tecnológicos; porém, uma análise mais profunda demonstraria que as cidades, e principalmente as grandes cidades e metrópoles, apresentam aspectos negativos quanto à qualidade de vida, como a poluição, as condições de trabalho e de transporte, a criminalidade, as moradias, o estresse, etc.

LYNCH (1977) aborda com veemência o tema ambiente urbano, a urbanização e a qualidade de vida. Para o autor, a simples visão de um mundo do futuro totalmente urbano, de toda a superfície utilizável da Terra ocupada por uma única e gigantesca cidade, é aterrador. Este mundo urbano teria um aspecto sombrio, a cidade seria monótona, impessoal, abstrata e

sem contato com a natureza; a presença e pressão contínua entre as pessoas seria insuportável ressaltando o autor. Aproveitando as colocações do autor, pode-se comentar o tema: "redescoberta da natureza", procurado inicialmente por pintores paisagistas dos séculos XVIII e XIX, cujas telas ressaltavam as belezas e simplicidade do campo; e no século XX, o movimento ecológico procurando preservar as áreas não urbanizadas dos impactos da civilização industrial. Foi a Revolução Industrial e a brutal degradação do ambiente físico e social das cidades que obrigaram o homem a valorizar o espaço rural e os ecossistemas naturais da superfície terrestre.

A situação descrita por LYNCH já pode ser observada nas grandes cidades do mundo, principalmente aquelas localizadas nos países menos desenvolvidos, onde a qualidade de vida da maior parte de seus habitantes não atende aos níveis mínimos dos padrões internacionais estabelecidos (alimentação, renda, educação, saúde, etc.). A qualidade de vida nas grandes cidades do mundo menos desenvolvido está longe de ser considerada boa ou satisfatória para a maioria de sua população.

O processo de urbanização e metropolização intensificou-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial, portanto há pouco tempo, se considerarmos toda a história da civilização e a sociedade moderna parece totalmente atônita e incapaz de resolver os novos desafios. LOMBARDO (1985) analisa o crescimento das cidades e a degradação na qualidade de vida:

*"Nos países dependentes o crescimento acelerado das grandes aglomerações se deve, principalmente, ao aumento da taxa de crescimento vegetativo, tanto urbano como rural, e às migrações internas rural-urbanas. A afluência de população para as cidades tem uma velocidade que o planejamento urbano,*

*a ampliação da administração e o estabelecimento de um controle sanitário adequado não conseguem alcançar. As pessoas se tornam vulneráveis às enfermidades cardiovasculares, principalmente as de idade avançada. O próprio tamanho cada vez maior das cidades passa a ser inconveniente à população. Nos núcleos de grande edificação e acumulação de calor produz-se stress térmico (ilha de calor), que em clima tropical pode ser persistente, causando desconforto térmico que ultrapassa os limites de tolerância dos habitantes.” (LOMBARDO, 1985: 18)*

Os problemas de ordem ambiental e de qualidade de vida nas metrópoles tendem a alcançar níveis antes inimagináveis, quando esse fator se junta ao subdesenvolvimento em geral. As grandes cidades do mundo já são problemáticas, mesmo nos países mais desenvolvidos, onde existe uma efetiva melhor distribuição de renda e as instituições e o poder público funcionam de modo indiscutivelmente melhor do que nos países menos desenvolvidos.

O conceito de desenvolvimento urbano é muito recente, mesmo nas grandes cidades do denominado Mundo Desenvolvido. No passado histórico recente eram dominadas por um panorama não muito diferente das metrópoles mais pobres dos países considerados subdesenvolvidos da atualidade: “Da Londres do início do século XIX, a principal característica apontada era o fedor, depois o lixo, a miséria e as habitações miseráveis” (MACHADO, 1993: 7).

A visão de um mundo totalmente urbano, proposta por LYNCH (1977), mesmo que desenvolvido, traria uma série de problemas a serem solucionados por seus planejadores e dirigentes futuros. Seria o homem um animal urbano?

A origem primata e o instinto gregário, fez do homem uma das criaturas mais sociais do planeta: “Acima de tudo, nós, seres humanos, somos animais sociais: emocionalmente precisamos fazer parte de um grupo e intelectualmente estamos equipados para entender e manipular as interações com outras pessoas, seja nas relações pessoais, seja nas relações políticas” (LEAKEY, 1980: 60). Mas, segundo o autor, o ser humano também conserva certos comportamentos, herança de nossos instintos primitivos, que perturbam a vida em sociedade, dos quais a agressão e a territorialidade seriam exemplos:

*“Não há dúvida de que agressão e territorialidade são partes da vida moderna. O vandalismo é uma marca familiar, dolorosa, do cenário urbano: trancamos as portas de nossas casas e apartamentos para defendê-los de estranhos que poderiam tentar entrar; e há a guerra, clara demonstração de territorialidade e agressão em grande escala. Serão esses aspectos desagradáveis da vida moderna parte de um legado irrecusável das nossas origens animais? Ou serão fenômenos com causas inteiramente diferentes? Essas são perguntas a que se deve responder, uma vez que são de tanta relevância para o futuro de nossa espécie.” (LEAKEY, 1980: 212)*

Entretanto, LEAKEY, em uma visão mais antropológica, considera uma temeridade explicar a agressividade dos habitantes das cidades modernas como oriunda do selvagem homem primitivo. O autor destaca que a agressividade, como outras reações do comportamento humano, são respostas ao meio no qual os indivíduos estão inseridos, ou seja, a agressividade era muito útil ao homem primitivo na caça e na defesa da prole contra grupos rivais e outros animais. Nesta linha de pensamento, pode-se explicar a agressividade das “tribos urbanas” como uma resposta ao meio hostil e impessoal representado pelas grandes cidades.

Sendo portanto o homem um animal social, estaria ele fadado a viver em cidades? É necessário esclarecer que a vida em sociedade não pressupõe vida urbana; as populações primitivas e os povos nômades, já viviam em sociedades com certo grau de complexidade. Ainda hoje, encontram-se pelo mundo, povos que conservam esse tipo de vida. Como já foi destacado, a vida em aglomerados urbanos é relativamente nova na história humana, pois desde o aparecimento do homem moderno (*Homo sapiens*), há cem mil anos, apenas nos últimos seis mil anos se verifica o fenômeno urbano. SANTOS (1993) destaca as cidades como um palco dos grandes problemas humanos e também das grandes soluções:

*"A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Estas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloqüente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas sobretudo buscar uma interpretação abrangente."* (SANTOS, 1993:11)

O ambiente urbano, por sua importância, recebe a atenção de inúmeros profissionais, das mais variadas áreas. Geógrafos, arquitetos, sociólogos, engenheiros, antropólogos e historiadores, estão entre os especialistas mais dedicados aos problemas urbanos. O poder público também considera a cidade prioritária, pois o interesse político é forte. Nas cidades existem grandes concentrações e isso representa votos, no caso de regimes democráticos. Porém, somente com a interação coordenada e harmônica entre ciência/poder público/população é que se obtêm resultados favoráveis para enfrentar os problemas urbanos:

*"Há, (...) razões de sobra para que a preocupação com a qualidade ambiental ocupe o debate político na atualidade. E não resta a menor dúvida de que esse é um debate que interessa a todos os países, ricos e pobres. Já se argumentou inclusive, e com absoluta propriedade, que a "catástrofe ecológica" prognosticada pelos modelos originários dos países centrais traduz a realidade cotidiana dos países periféricos. A fome, a ignorância, a morte prematura, a falta de condições mínimas de habitação e o subemprego, antes de ficção ou futurismo, constituem hoje, e não no ano 2000, o destino compartilhado por milhões de habitantes dos países periféricos."* (GUIMARÃES, 1984:28)

Os azares e os riscos ambientais, que atingiram uma escala global nos últimos anos, obrigaram uma ação pública, por parte do governo e de toda a sociedade para traçar estratégias a fim de enfrentar o problema. Com esse intuito, foram realizadas as grandes conferências, de Estocolmo em 1972 e do Rio de Janeiro em 1992, sobre o meio ambiente e desenvolvimento, com a participação de quase todos os países do mundo. Nesses debates, as cidades, principalmente as grandes, ocuparam lugar de destaque, pois no espaço urbano é que encontramos os maiores exemplos de problemas ambientais, os de ordem física e os de ordem social, que atingem diretamente a maior parte da população do planeta.

A própria sociedade industrial moderna impõe padrões de consumo e disparidades sociais, que colocam o ambiente urbano na grave situação da atualidade, principalmente nas áreas desfavorecidas pelo processo econômico global: "A grande cidade capitalista constitui, primeiramente, o lugar onde o meio ambiente é caracterizado predominantemente pela magnitude da segunda natureza. Trata-se por excelência do meio ambiente construído, onde a importância da natureza primitiva



apresenta-se, em muitos locais, muito reduzida.” (CORRÊA, 1993: 26).

Sobre o processo econômico e a urbanização, FAISSOL (1994) salienta a importância da cidade como pólo de desenvolvimento do espaço regional. Segundo o autor, a urbanização e o desenvolvimento econômico têm caminhado juntos, nos países já desenvolvidos, em desenvolvimento e mesmo nos subdesenvolvidos, apesar de apresentarem formas diferenciadas, de acordo com o estágio e condições particulares de cada país ou região.

Para FAISSOL, a cidade desempenha um papel que ultrapassa seus limites físicos: “...o processo de urbanização é mais complexo do que o simples funcionamento de mecanismos de escala e aglomeração, pois implica mudanças sociais importantes, num verdadeiro modo de vida urbano, com seus valores próprios. Valores que a cidade acaba por exportar para uma espécie de entorno, uma região ao seu redor.” (FAISSOL, 1994: 149) A cidade seria, então, um foco de atração de habitantes, das áreas rurais e de outras cidades menores, porém quase sempre incapaz de absorver esse fluxo migratório em busca de melhores condições de vida (empregos, saúde, escola, habitação, etc.), tornando a vida desses habitantes extremamente difícil, ao contrário de suas expectativas.

A qualidade de vida urbana é um conceito bastante abrangente, objeto de muitas considerações por vários pesquisadores, e não pode estar restrita às condições estáticas apresentadas pelo quadro físico ou mesmo o social: “Antes de qualquer divagação é preciso entender que qualidade de vida não é apenas um índice construído a partir do cruzamento de elementos do quadro físico, econômico e humano. Não é apenas uma noção abstrata. Ela guarda subjetividades que superam a permanente

necessidade de interação homem-natureza”. (MELLO, 1995: 195)

MELLO considera que a qualidade de vida urbana compreende uma gama de concepções subjetivas das pessoas; da própria percepção e conscientização das pessoas sobre a degradação das condições de vida da cidade. Por esses princípios destacados pela autora, poder-se-iam considerar os sinais aparentes de uma cidade como insuficientes para se determinar sua qualidade de vida, uma cidade com bom nível de equipamentos urbanos, com serviços de assistência pública eficientes e renda elevada, típica portanto dos países desenvolvidos; pode também apresentar problemas graves, como elevada criminalidade e conflitos sociais diversos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição sobre a **qualidade ambiental**, com todas as suas peculiaridades torna-se hoje bastante relevante, visto a grande importância do tema para o século XXI. Neste novo período histórico, a humanidade enfrentará os efeitos negativos dos últimos duzentos anos de crescimento populacional e econômico que provocaram o desequilíbrio ecológico e a degradação do meio ambiente físico e social.

Durante muitos anos, desde o início do movimento ecológico e “ambientalista”, fortalecidos a partir da Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, o conceito de qualidade ambiental esteve muito ligado aos estudos das ciências naturais. Mas, nas duas últimas décadas do século XX, as ciências humanas passaram a elaborar, cada vez mais, importantes estudos sobre o tema, evidenciando claramente sua característica interdisciplinar. O estudo sobre **qualidade de vida** demonstra um progressivo interesse nas condições que afetam

diretamente a vida humana e não apenas as condições físicas do meio ambiente.

Nos países menos desenvolvidos como o Brasil, o processo de urbanização foi muito mais intenso. Sua rapidez, desacompanhada de infra-estrutura básica e outras pré-condições para o bom nível na qualidade de vida, como educação, saúde, alimentação, etc., causou um panorama de desigualdade social: por um lado, encontram-se as minorias privilegiadas pertencentes às classes sociais mais elevadas, que desfrutam um nível de qualidade de vida comparável aos países desenvolvidos, e de outro lado as classes desfavorecidas, dependentes do subemprego e dos ineficientes serviços sociais prestados pelo Estado.

Nos estudos sobre a qualidade de vida urbana, os indicadores sociais têm grande importância, uma vez que com sua utilização podem-se detectar os problemas mais graves e combatê-los com maior eficácia. Nas cidades, principalmente do mundo menos desenvolvido, as mudanças no quadro social ocasionadas pelas migrações, situação econômica e pelo próprio crescimento demográfico são extremamente rápidas, obrigando a um contínuo trabalho para averiguar a real condição de seus habitantes.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJARA, C. Abordagem Geográfica: Suas Possibilidades no Tratamento da Questão Ambiental In: MESQUITA, Olindina V. & SILVA, Solange T. (orgs.) *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BURTON, I. The Quality of the Environment: a Review, *The Geographical Review*, vol. 58, n. 3, pp. 472-481, 1968.

CORRÊA, R. L. Meio Ambiente e a Metrópole In: MESQUITA, O. V. & SILVA, S. T. (coords.) *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

DAVIS, K. A Urbanização da Humanidade In: *Cidades, A Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FAISSOL, S. *O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

GUIDUGLI, O. S. As Cidades Pressionam o Meio Ambiente In: *Diário do Rio Claro*. Rio Claro: 21 de maio de 1995.

GUIMARÃES, R. P. Ecopolítica em Áreas Urbanas, A Dimensão Política dos Indicadores de Qualidade Ambiental In: SOUZA, A. (org.) *Qualidade da Vida Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

LEAKEY, R. E. *Origens*. Brasília: Editora UnB, 1980.

LOMBARDO, M. A. *Ilha de Calor nas Metrópoles, O Exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

LYNCH, K. A Cidade Como Meio Ambiente In: DAVIS, Kingsley. *Cidades, A Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MACEDO, R. K. de. A Importância da Avaliação Ambiental In: TAUKE, S. M. *Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar* São Paulo: Editora UNESP, 1991.

MACHADO, L. M. C. P. Qualidade Ambiental Urbana: Percepções e Estratégias para uma

- Cidade de Porte Médio. Rio Claro: Departamento de Geografia, IGCE/UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Homem no Meio Ambiente. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, ano 31, n. 4, pp. 34-39, 1995.
- MELLO, N. A. Gestão Urbana e Qualidade de Vida In: TAUKE-TORNISIELO, S. M. et al. (orgs.) *Análise Ambiental, Estratégias e Ações*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1995, p. 195.
- OLIVEIRA, L. de. A Percepção da Qualidade Ambiental In: *Ação do Homem e a Qualidade Ambiental*. Rio Claro: ARGEO/Câmara Municipal, 1983.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1992, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Banco Mundial, 1992.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEWELL, G. H. *Administração e Controle da Qualidade Ambiental*. São Paulo: EPU-USP e CETESB, 1978.
- TROPPEMAIR, H. *Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro*. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1992.
- TUAN, Y. Environment and the Quality of Life. In: HAMMOND, K. et al. (ed.) *Sourcebook on the Environment*. London: University of Chicago Press, 1978, p.21.